



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA



cinemateca
portuguesa
MUSEU DO CINEMA, I.P.

CINEMATECA PORTUGUESA
MUSEU DO CINEMA, I.P.

Plano de Atividades

2016

Handwritten signature

Índice

Índice	1
Lista de Siglas e Acrónimos	2
I. Nota Introdutória	3
I.1. Missão	3
I.2. Valores	3
I.3. Atribuições.....	3
I.4. Estrutura Orgânica e Funcional	4
II. Áreas de Atuação: Contexto	5
III. Objetivos.....	11
III.1. Objetivos estratégicos	11
III.1. Objetivos operacionais.....	12
IV. Atividades.....	12
IV. Recursos	17
V. Ações a desenvolver para aumentar a receita própria e comunitária	18
VI. Conclusões.....	19

Lista de Siglas e Acrónimos

2
2

ANIM	Departamento de Arquivo Nacional das Imagens em Movimento
CDI	Centro de Documentação e Informação
CJ	Cinemateca Júnior
DDEP	Departamento de Divulgação e Exposição Permanente
DG	Divisão de Gestão
GRP	Gabinete de Relações Públicas
DIR	Direção da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema
INF	Sector de Informática
OE	Objetivo Estratégico
OF	Orçamento de Funcionamento
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RG-OE	Receitas Gerais do Orçamento de Estado
RP	Receitas Próprias
SIAG-AP	Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública
UO	Unidade Orgânica

2
R

I. Nota Introdutória

Este documento apresenta o Plano de Atividades para o ano de 2016 da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I.P., adiante Cinemateca, procurando expressar a sua ação no âmbito das responsabilidades e das competências que lhe estão cometidas nos respetivos estatutos e demais legislação complementar.

I.1. Missão

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, que aprovou a regulamentação orgânica e funcional da Cinemateca, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 59/2010, de 7 de junho, ambos reprimados pelo artigo 259º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015), esta tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

I.2. Valores

Na prossecução dos seus objetivos, a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema orienta as suas atividades e constrói a sua cultura organizacional com base nos seguintes valores:

- Respeito pelo património em acervo, pelos seus doadores e depositantes e pelos seus utilizadores;
- Primado do serviço público, considerando os direitos dos cidadãos à fruição cultural e ao acesso à informação;
- Excelência técnica em todos os procedimentos relativos à salvaguarda e comunicação do património cinematográfico, museográfico e biblio-iconográfico.

I.3. Atribuições

São atribuições da Cinemateca:

- a) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e quaisquer outras imagens em movimento de produção portuguesa ou equiparada, independentemente da forma de aquisição, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, no interesse da salvaguarda do património artístico e histórico português;
- b) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e outras imagens em movimento de produção internacional, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, selecionadas segundo a sua importância como obras de arte, documentos históricos ou de interesse científico, técnico ou didático;
- c) Promover a exibição regular de obras da sua coleção ou de outras com as mesmas características que lhe sejam temporariamente cedidas por terceiros;
- d) Promover a componente museográfica do património fílmico e audiovisual;

- e) Estabelecer protocolos de colaboração e apoio, bem como contratos de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito da museologia cinematográfica;
- f) Promover a sua filiação em entidades internacionais que se proponham a defesa dos arquivos e museus cinematográficos;
- g) Promover a exposição e o acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;
- h) Promover a investigação, a formação, a edição e a publicação de obras relacionadas com a história, estética e técnica cinematográficas;
- i) Incentivar a difusão e promoção não comercial do cinema e do audiovisual, nomeadamente através do apoio às atividades dos cineclubes e aos festivais de cinema e vídeo.

I.4. Estrutura Orgânica e Funcional

Conforme definido na Portaria n.º 374/2007, de 30 de Março (Estatutos), a sua estrutura orgânica é a apresentada na Figura 1:

Figura 1. Organograma da Cinemateca





II. Áreas de Atuação: Contexto

Tal como tinha sido enunciado no anterior Plano de Atividades, o ano de 2015 seria o primeiro ano em que de uma forma estruturada se iria dar início à implementação do Plano Estratégico desenhado e divulgado pela atual Direção da Cinemateca no final de 2014.

Algumas atividades e iniciativas começaram efetivamente em 2015, pretendendo-se a sua continuidade em 2016. E outras, pensadas no referido plano, encontram-se planeadas para ter o seu início em 2016.

Estas iniciativas, de alguma forma, enquadram-se nas opções estratégicas e nos novos projetos de atividade que, interpretando o essencial dessa orientação, e mantendo os mesmos objetivos centrais, visam dotar o organismo de capacidade de resposta a novos contextos de funcionamento, em particular aqueles que têm a ver com as grandes transformações na cadeia de produção e circulação das imagens em movimento e com as novas relações com o cinema estabelecidas nos grupos etários em que está em jogo o nosso papel de formação de públicos. Enquanto museu nacional de cinema, a Cinemateca é o lugar do contacto permanente com a história do cinema e é um lugar de conservação patrimonial.

A Cinemateca e a descentralização

Para além de rede museográfica que integra desde 1956 – a rede internacional das cinematecas, museus e arquivos cinematográficos reunidas na FIAF (Federação Internacional dos Arquivos de Filmes) – a Cinemateca Portuguesa é um parceiro natural de outros organismos, públicos ou privados, em particular no território nacional, que incluem na sua missão a divulgação da história do cinema e, naturalmente, da história do cinema português.

Não tendo em geral a natureza museológica da Cinemateca, cabe a estes organismos a função, hoje igualmente premente, de dar continuidade a uma cultura cinematográfica também disseminada pelo país – uma cultura que este país teve, que este país em parte ainda tem, mas cujas ruturas e assimetrias na rede de distribuição e exibição tornam cada vez mais ameaçada. A questão é vasta, convoca-nos a analisar vários tipos de problemas (por um lado, o acesso aos suportes de conhecimento, por outro, a multiplicidade de públicos-alvo, ou os utentes-alvo e das experiências que lhes estão acessíveis), e cremos que é ainda potenciada pelo facto irónico e contraditório de termos erguido uma rede de ensino de cinema descentralizada no exato período em que se assistiu à decomposição, ou desestruturação, de uma rede alargada de salas comerciais.

Em relação a essa outra ordem de questões, o que começamos então por dizer é que a Cinemateca sabe que tem de ser parte de algumas das soluções, e que essas soluções passam, por um lado, pelo desenvolvimento de serviços diretos de acesso a dados e a certas componentes de património (em particular através do grande projeto de reunificação e acessibilidade pública de bases de dados em preparação, e do serviço já em curso, e em crescimento, da “cinemateca digital” – V. ponto específico) e, por outro, pelo apoio direto, crucial e em muitos casos insubstituível, à exibição de filmes em sala, neste caso essencialmente quando está em causa a história do cinema português.

A afirmação supra de que a Cinemateca é *o museu* e que este pressupõe um lugar referencial de contacto com a plena dimensão material da obra, não elimina portanto a assunção da nossa responsabilidade quanto à projeção do cinema português em outras salas, e, por inerência, a procura de uma solução estrutural também para ela. Aí, o “querer” e o “poder” não se aplicam aos mesmos desígnios, e aplicar-se-ão tanto menos quanto for possível salvaguardar a existência do centro museológico. Tanto quanto seria



uma perda irreparável deixar que este desaparecesse ou fosse descaracterizado, seria hoje uma perda absurda abdicar da possibilidade de erguer um mínimo circuito descentralizado de salas de cinema com projeção de qualidade em digital de alta definição. Aí sim, não fazendo sentido *querer* manter (o que significaria aliás, em muitos locais, ter ainda de *criar*) uma infraestrutura com a película de 35mm ou 16mm (que será doravante inerente à prática, à vocação e à formação levada a cabo nas instalações das cinematecas), há pelo contrário razões para *querer* ajudar a erguer uma rede de projeção em sala com tecnologia digital de alta definição, na qual, em particular, a história do cinema português possa continuar a ser acessível através de uma experiência *evocatória* da original. Ao fazê-lo, estaremos ainda, de resto, a cumprir um outro desígnio museológico – para muitos, a fronteira onde se está a jogar a continuidade da experiência cinematográfica – que é a manutenção da sala escura, donde, da receção coletiva, concentrada e ritualizada das obras.

Como outra faceta da sua preocupação museológica, a Cinemateca apresenta-se então como potencial parceiro estrutural das entidades que possam e queiram contribuir para esta descentralização, associando-se a elas para erguer o que chamaríamos uma *rede patrimonial* de cinema, cuja existência será, a prazo, condição estrita da mera circulação da história do cinema português em salas que não as nossas, e cuja implementação exigirá uma combinação de requisitos – de infraestrutura, de formação técnica e de conhecimento histórico – que não podem, ou devem, ser esquecidos. Nessa rede, que não se resume assim à mera existência de aparelhos para exhibir o novo formato de alta definição, a Cinemateca, insiste-se, deverá vir a ser ao mesmo tempo componente e parceiro.

Neste sentido, tal como em 2015, em 2016 a Cinemateca continuará a estabelecer contactos com outras instituições, públicas e privadas, com vista ao estabelecimento da *rede patrimonial* acima referida e para a qual tal será também necessário avançar-se para a digitalização sistemática do património cinematográfico português.

Acesso ao património. Um programa para a produção de matrizes digitais de alta definição

Até que uma tal rede seja implantada, mas também até que haja uma coleção significativa de novas matrizes digitais de filmes portugueses em alta definição (condição *sine qua non* da circulação futura do património português), o único acesso possível a grande parte dos títulos portugueses em qualidade adequada será ainda a cópia de 35mm – ou seja, o suporte que a Cinemateca deseja de qualquer modo continuar a produzir para utilização em âmbito museográfico. Sabendo embora do carácter transitório da solução e da sua precariedade crescente (já hoje, muitas entidades externas têm dificuldade em garantir as condições técnicas exigidas para isso), a Cinemateca terá assim de manter, por enquanto, a possibilidade de empréstimo de cópias analógicas àqueles que as requererem para fins culturais, e manterá (neste caso também por razões internas, atuais e futuras) a capacidade de produção destas cópias no seu laboratório de restauro analógico. Trata-se porém, de facto, de uma forma de circulação com carácter transitório, sem aplicabilidade a longo prazo, por razões que se prendem com as dificuldades estruturais dos parceiros em causa.

Neste sentido, a única forma eficaz de resposta nessa área é o lançamento de um programa ambicioso de produção de novas matrizes digitais de alta definição a resolver em poucos anos, sem o qual, a prazo, muito



do nosso cinema estará realmente condenado à invisibilidade em tudo quanto extravase a atividade direta da Cinemateca.

Para este programa, o que está ao alcance deste organismo é então a facultação das matrizes de tiragem analógicas originais que aqui foram conservadas e preservadas ao longo dos anos, assim como uma parte (certamente minoritária, no prazo exigido) do trabalho de transcrição e restauro digital – um sector de trabalho no qual começamos a dar os primeiros passos, e cujas necessidades globais, nos próximos anos, serão impossíveis de preencher através dos recursos isolados de qualquer entidade.

Está assim lançado o mote para uma discussão coletiva, que consideramos urgente. Há que inaugurar uma linha de atividade intensa com este propósito, e há que lançá-la com a consciência plena de que é tarefa para todos os agentes cinematográficos, incluindo públicos e privados - Estado, autores, produtores, distribuidores e laboratórios para isso equipados.

Essa discussão foi iniciada em 2015 através de discussões setoriais, nomeadamente com a outra entidade pública ligada ao audiovisual, o Instituto de Cinema e Audiovisual (ICA) e também com a Tutela. Ao mesmo tempo, foram apresentados publicamente os primeiros dados relativos a este programa. Em 2016, com um novo Governo e com uma nova Tutela, a Cinemateca retomará este assunto, procurando com o ICA avançar com uma primeira proposta concreta de programa que permita avançar com o início desta “empresa”, obviamente sempre em contacto próximo com todos os *stakeholders* deste processo e com garantias de financiamento de toda esta operação de digitalização.

Em paralelo, e porque investiu nos últimos anos em equipamentos que permitem de uma forma gradual produzir digitalizações em alta definição (2K, Ultra HD e 4K), na medida das suas possibilidades e meios (humanos), a Cinemateca pretende produzir digitalizações nesses formatos de resolução, procurando desta forma iniciar com algum trabalho necessário para a produção de matrizes digitais, principalmente relativas ao universo das longas-metragens. Contudo, este trabalho a realizar em 2016 dentro do Departamento ANIM será apenas uma pequena amostra daquilo que é necessário fazer para existir a chamada rede de matrizes digitais do cinema analógico português para distribuição cultural.

Acesso *on-line* a património cinematográfico preservado; a “cinemateca digital”

Uma maneira de ter acesso *on-line* a património cinematográfico português preservado é, já hoje, a secção “cinemateca digital” do nosso sítio Web, onde são disponibilizados, exclusivamente para visualização *on-line*, um conjunto de filmes previamente conservados e preservados – uma oferta a manter e, dentro das suas condições próprias, a incrementar.

O projeto “cinemateca digital” nasceu em 2011 da participação portuguesa no projeto European Film Gateway, um consórcio constituído por dezasseis cinematecas e arquivos fílmicos europeus e seis entidades fornecedoras de serviços tecnológicos, que funciona como agregador sectorial para o portal Europeia.

Na seleção das obras que foram fornecidas no âmbito desse projeto, a Cinemateca adotou como critério o tema da produção portuguesa de não-ficção do período 1896-1931, consubstanciado nas representações digitais dos filmes desse período até então preservados.

2
2

Desde essa altura, a lista de títulos e o universo selecionado têm vindo a alargar-se continuamente, mantendo-se, no entanto, a escolha de obras que se encontram preservadas em filme e cujas autorizações de publicação em linha tenham sido previamente asseguradas. Atualmente encontram-se disponíveis mais de 350 filmes nesta plataforma. Deste número de filmes, do universo da não ficção, sobretudo produzidos nas primeiras décadas do século passado (até à década de 30, principalmente), existem imagens de todos os distritos do país, incluindo imagens filmadas em todas as ilhas dos Açores e da Madeira, estando já representados na Cinemateca Digital 111 concelhos de Portugal.

E, portanto, o objectivo em 2016 é continuar aumentar o número de filmes disponíveis nesta plataforma digital, procurando incluir filmes com imagens de terras e concelhos do país que ainda não estão presentemente representados na Cinemateca Digital.

Laboratório de restauro analógico e digital / protocolo com o laboratório CINERIC

Ainda no âmbito da questão “analógico/digital”, e na tentativa clara de prosseguir o caminho já iniciado com o laboratório de restauro analógico, avançámos em 2015 com uma iniciativa que se articula com o novo esforço de implantação de um laboratório de restauro digital.

Assim, paralelamente ao desenvolvimento do atual laboratório fotoquímico – uma pequena unidade especializada, instalada no departamento do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), com crescente prestígio internacional e em cuja manutenção concentramos muitos dos maiores esforços atuais da Cinemateca – estamos a lançar as bases de um futuro trabalho no campo do restauro digital, ao qual seremos obrigados a recorrer, também para a recuperação de obras do “século analógico”, sempre que a excessiva degradação física ou química das matrizes conservadas impeça a viabilidade de um restauro fotoquímico.

Dentro desta linha de atividade, a Cinemateca Portuguesa estabeleceu um protocolo de colaboração com um dos mais importantes laboratórios americanos de restauro digital (CINERIC, com sede em Nova Iorque e responsável por inúmeros restauros digitais de clássicos do cinema norte americano), que possibilitou a instalação de uma unidade externa daquele laboratório especializado no Departamento ANIM. Para além de algum contributo financeiro (indexado ao êxito progressivo da operação), e para além da possibilidade de uso de equipamento especializado, a entrada em funções desta unidade começou a trazer sobretudo à Cinemateca a vantagem evidente e imediata de introduzir nesta um *know-how* especializado, com qualidade de referência, numa área de trabalho na qual, repete-se, encontramos apenas a dar os primeiros passos.

A unidade do laboratório do CINERIC – a primeira implantada fora dos E.U.A. – destina-se sobretudo ao fornecimento de serviços para o mercado extra-americano, incluindo naturalmente o europeu. Porém, mais do que uma solução direta para os problemas acima referidos quanto à digitalização do cinema português – o objetivo *não é esse*, havendo já de resto em Portugal alguma infraestrutura própria de qualidade utilizável para o efeito – é de facto encarada como um estímulo e um catalisador do nosso próprio crescimento. E cujos primeiros trabalhos foram já concluídos durante o ano de 2015.

2
2

Em 2016, a Cinemateca procurará rentabilizar ao máximo esta parceria, não só ao nível da aprendizagem específica, aumentando assim de uma forma gradual conceitos e técnicas de scanning e restauro digital, mas também com o avanço de alguns trabalhos de restauro digital de filmes portugueses em arquivo.

Para além da referida parceria com o laboratório Cineric, e tal como já foi acima referido, foram recentemente adquiridos para o Departamento ANIM dois scanners com resolução Ultra HD e 2K respetivamente e que irão permitir avançar com outros trabalhos de digitalização em alta definição, produzindo novas matrizes e cópias digitais, procurando por esta via avançar com algum do trabalho necessário e referido no ponto anterior.

Nova grelha de programação

Outra mudança contextual que procurámos ter em conta na elaboração do referido Plano Estratégico é a que está a marcar as relações com a imagem e com a história do cinema por parte de grupos etários em que se joga de forma privilegiada a nosso papel na formação de públicos.

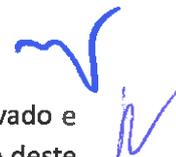
Enfatizando mais uma vez o propósito museológico que esteve por trás de uma forte tradição de programação da Cinemateca – uma tradição que fez das salas da Rua Barata Salgueiro um lugar de contacto quotidiano com a história do cinema, e que queremos manter com essa mesma ambição – consideramos que o modo de fazê-lo hoje deve incluir uma maior diversidade de eventos, procurando-se dialogar com uma maior variedade de públicos potenciais, ou seja, públicos com experiências prévias da imagem ou do cinema cada vez mais distintas.

Não tanto através de maior variedade de épocas, correntes ou origens dos filmes apresentados – há que sublinhar que, para além de um já assumido défice na área do cinema de animação, a Cinemateca *tem estado atenta e tem satisfeito* esse tipo de variedade – mas sobretudo através de uma ainda maior diversidade de ciclos, tipos de sessões e formas de apresentação, procuraremos então dialogar com um público cada vez mais alargado e, simultaneamente, oferecer-lhe mais possibilidades de contextualização, ou de obtenção de referências históricas.

Uma parte importante deste desígnio está há muito a ser cumprida – e continuará a ser cumprida – através da atividade da Cinemateca Júnior, onde concentramos a vertente de iniciação e a oferta de exibição às camadas mais jovens.

Uma outra componente deverá passar pela renovada articulação entre a Cinemateca e as escolas, lançando-se desde já um desafio às mesmas – nesta caso na área do ensino secundário e superior – para que entrem em contacto connosco e proporcionem aos alunos a experiência da sala, como forma essencial, privilegiada, de compreender – ou seja, antes de mais, *experimentalmente* – as grandes obras da história do cinema e, de novo, as etapas mais relevantes do cinema feito em Portugal. Sem que tenhamos já uma formatação concreta para este tipo de sessões (às quais, aliás, a Cinemateca esteve sempre aberta) procuraremos integrar mais explicitamente esta vertente nas grelhas de trabalho a desenvolver a partir daqui.

Finalmente, dentro do mesmo desígnio de diversificação, a partir de Janeiro de 2015, a Cinemateca introduziu algumas alterações na grelha de programação das sessões apresentadas nas duas salas da sede. A principal destas alterações teve a ver com a concentração dos grandes ciclos de autor ou temáticos na Sala M. Félix Ribeiro, ao mesmo tempo que a Sala Luís de Pina tem sido desde essa altura essencialmente



dedicada a um tipo de sessões comentadas que nela tinha já sido desenvolvido mas que foi renovado e incrementado com a nova grelha de programação implementada no passado mês de Janeiro. Dentro deste objetivo, temos vindo a incluir uma maior quantidade e diversidade de sessões “foco no arquivo” (nomeadamente em articulação com projetos de investigação levados a cabo, também por investigadores externos, no ANIM e no Centro de Documentação e Informação da Cinemateca), o incremento da rubrica “Histórias do Cinema”, em que um historiador apresenta ao longo de uma semana, cinco obras de um grande autor ou movimento histórico, estando confirmadas para 2016, as seguintes apresentações: *NAUM KLEIMAN / SERGEI M. EISENSTEIN*; *BERNARD EISENSCHITZ / NICHOLAS RAY*; *JEAN DOUCHET / ERIC ROHMER*; *LAURA MULVEY / DOUGLAS SIRK*; *ADRIAN MARTIN / FRITZ LANG* e *JONATHAN ROSENBAUM/ ORSON WELLES*). Nesta nova grelha de programação, insere-se também uma plataforma, em regime de “carta-branca”, igualmente associada ao conceito de residência artística, em que investigadores, autores ou técnicos convidados (incluindo a possibilidade de coletivos), apresentam e dinamizam um programa de projeções e colóquios.

Consagrando a liberdade de cruzamento e sobreposição destas tipologias, foi-se criando progressivamente, uma identidade própria de cada um dos dois principais lugares de exibição da Cinemateca, entendidos como suportes diferentes e complementares de um mesmo propósito (museológico, portanto formativo) global. Em 2016, o objetivo passa por sustentar esta nova grelha de programação, com alteração pontual de algumas rubricas.

Novas atividades: exemplos na edição bibliográfica e na edição DVD

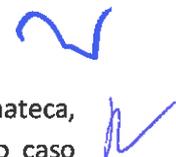
Em conformidade com este reforço das atividades contextualizadoras da exibição, a Cinemateca tem como objetivo incrementar projetos de edição bibliográfica, nos quais será continuada a edição de catálogos de ciclos do cinema português, mas serão também levados à prática novos projetos.

Quanto aos catálogos de cinema português, em 2016, planeamos a edição de livros dedicados a Henrique Espírito Santo, Alberto Seixas Santos e José Fonseca e Costa.

Quanto aos novos projetos, a prioridade será o arranque da edição progressiva, por ora prevista em quatro volumes, dos “Escritos de Cinema” de João Bénard da Costa (as folhas e os textos de catálogos da Cinemateca, que incluirão as folhas de sala feitas em programas da Fundação C. Gulbenkian) e uma nova revista de história e museologia de cinema, a editar trimestralmente (cujo planeamento decorrerá este ano, a fim de se lançar o primeiro número em 2017).

A possibilidade de concretização destes projetos dever-se-á a uma maior rentabilização dos recursos próprios, assim como a algumas parcerias. No caso da edição dedicada aos textos de J. Bénard da Costa, a Cinemateca conta com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, na qual uma parte dessa atividade se exerceu. No caso da nova revista de história e museologia, está em estudo uma parceria com a Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Paralelamente, e dando continuidade ao arranque feito em 2015, há muito desejado, de uma linha de edição DVD com a chancela Cinemateca, serão lançadas mais algumas edições relativas a cinema português preservado. Tal como foi referido no Plano Estratégico, esta linha de edição subdivide-se em várias iniciativas, algumas também levadas a cabo em parceria com outras entidades, outras através de edição própria.



Como linha orientadora geral, vamos dando prioridade às obras cujos direitos foram legados à Cinemateca, a outras obras de autores portugueses preservadas e ainda não editadas em DVD (neste último caso preferencialmente em coedição), aos documentários de carácter etnográfico (uma coleção lançada conjuntamente pela Cinemateca e pelo Museu Nacional de Etnologia) e aos documentos históricos do século XX, em particular documentários e atualidades do Estado Novo.

Em 2016 prevê-se:

- Continuação da Edição da obra de Paulo Rocha, com o lançamento do novo restauro digital de *O Rio do Ouro*, em simultâneo com o lançamento da última obra deste realizador *Se Eu Fosse Ladrão... Roubava*, dando-se continuidade à parceria com a Midas Filmes iniciada em 2015, com o lançamento dos novos restauros digitais de *Os Verdes Anos* e *Mudar de Vida*.
- (no âmbito da nova coleção de cinema etnográfico lançada conjuntamente pela Cinemateca Portuguesa e pelo Museu Nacional de Etnologia): edição da obra etnográfica de Margot Dias em Moçambique.
- Edição de um primeiro DVD do cinema mudo português de ficção, com acompanhamento musical.

Associação Amigos da Cinemateca

Por último, e pegando também numa das iniciativas propostas no já referido documento estratégico, e dando sequência a algumas ações realizadas ainda em 2015, a Cinemateca irá avançar com a formalização da nova Associação Amigos da Cinemateca, uma associação cultural sem fins lucrativos erguida com a missão expressa de congregar apoios ao desenvolvimento da instituição e contribuir para um conhecimento ainda mais alargado das atividades desta.

No ato de constituição desta associação, será alterado o atual sistema de inscrição dos “Amigos da Cinemateca”, que será substituído por um novo sistema de descontos, também relacionado com a frequência das salas (e que passará naturalmente a complementar o sistema de vantagens oferecido aos membros da nova associação no que concerne o acesso destes a todos os serviços da instituição).

Sublinha-se, porém, que todos os atuais detentores do cartão “Amigos da Cinemateca” serão por inerência convidados a integrar o núcleo de membros fundadores da nova associação, qualidade que será ainda estendida a todos os que o desejarem dentro do prazo a anunciar para esse efeito.

III. Objetivos

Importa apresentar neste Plano os objetivos estratégicos e operacionais propostos para o período em causa.

III.1. Objetivos estratégicos

De acordo com a missão, visão e valores da Cinemateca, foram definidos e aprovados pela Tutela os Objetivos Estratégicos (OE) apresentados no ponto 1 do presente capítulo – cuja continuidade se visa assegurar através das atividades apresentadas no ponto 2.

2
12

Os OE irão orientar a ação da Cinemateca em 2016 no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do organismo.

OE1. Promover o conhecimento da história do cinema.

OE2. Salvaguardar e valorizar o património em acervo.

OE3. Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica.

Apresenta-se na figura abaixo o alinhamento dos objetivos estratégicos com a missão da Cinemateca.

Figura 2. Alinhamento dos objetivos da Cinemateca para 2016



III.1. Objetivos operacionais

- Promover o acesso público ao património cinematográfico;
- Preservar, restaurar e digitalizar obras cinematográficas;
- Descrever e valorizar obras do património cinematográfico em arquivo;
- Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica.

IV. Atividades

Nas atividades referenciam-se toda a atuação corrente da Cinemateca que, cumulativamente, expressam e concretizam a missão e atribuições do organismo.

As áreas operacionais da Cinemateca, sob a orientação estratégica da Direção, compreendem o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) e o Departamento de Divulgação e Exposição Permanente (DDEP), contendo este as subunidades informais Cinemateca Júnior, o Gabinete de Relações Públicas e o Centro de Documentação e Informação.

Para apoio às áreas operacionais existe uma unidade orgânica instrumental, de apoio à gestão, designada Divisão de Gestão (DG).

Apresentam-se neste capítulo as atividades e respetivas ações previstas para 2016 agrupadas por áreas de intervenção decorrentes, naturalmente, das atribuições da Cinemateca, identificando-se em cada uma delas as unidades orgânicas envolvidas na sua concretização e relacionando-as com os objectivos estratégicos propostos (enquadramento QUAR).

ACTIVIDADES	Ações	UO	OE
SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CINEMATOGRAFICO	⇒ Prospetar, adquirir e receber em depósito materiais fílmicos e museográficos para a constituição de uma coleção de cópias de referência das cinematografias nacional e estrangeiras (em qualquer suporte e de qualquer época, formato, género, regime de produção ou proveniência);	ANIM	OE2
	⇒ Estabelecer contactos com produtores, realizadores, distribuidores e outros operadores cinematográficos de forma a fomentar a atividade de depósito voluntário na Cinemateca;	ANIM	OE2
	⇒ Preservar e restaurar obras do património cinematográfico nacional, mediante tiragem de novas matrizes e cópias, com recurso ao Laboratório do Departamento ANIM, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ○ Continuação da preservação de obras dos diversos períodos do cinema português; ○ Preservação de curtas-metragens documentais do acervo da Cinemateca cuja salvaguarda é objeto de protocolos com entidades externas co-financiadoras dos trabalhos envolvidos; ○ Preservação/restauro de obras estrangeiras ao abrigo de protocolos com entidades externas e com arrecadação de receitas através destes serviços; ○ Digitalização, através de processo de scanning 2K, Ultra HD e 4K, de longas-metragens do cinema português, prosseguindo com o restauro digital de algumas delas, incluindo a produção de novas cópias DCP; ○ Produção dos trabalhos laboratoriais correspondentes a aproximadamente 50.000 metros de novos materiais fílmicos; ○ Início da preservação digital através da migração das novas obras em formato DCP para o formato de preservação LTO; 	ANIM	OE2
	⇒ Alargar as metodologias de restauro às novas tecnologias digitais, através do funcionamento do laboratório de restauro digital recém-criado em parceria com o laboratório norte-americano Cineric;	ANIM	OE2
	⇒ Identificar, inspecionar, revisar e efetuar o controlo de qualidade em projeção dos acervos depositados e /ou dos novos materiais resultantes de operações de preservação e restauro;	ANIM	OE2
	⇒ Prospetar, seleccionar e adquirir, corrente e retrospectivamente, documentação biblio-iconográfica (imagem fixa) relacionada com as imagens em movimento, em forma de monografias, publicações periódicas, programas, recortes de imprensa, guiões, material publicitário, cartazes, fotografias e desenhos, tanto em suporte papel como digital;	CDI	OE2
	⇒ Proceder à recolha de informação relativa à exibição cinematográfica em Portugal;	CDI	OE2
	⇒ Conservar as coleções documentais existentes mediante encadernação e acondicionamento apropriado;	CDI	OE2

	<p>⇒ Proceder à reprodução digital de documentos para efeitos de acesso e de conservação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Coleção de negativos do cinema português (filmes dos anos 1930-1970); ○ Reprodução digital integral das coleções das revistas: «Cinegrafia» (1929-1930, 24 números); Cinema : semanário cinematográfico (1931-1934, 110 números); Kino (1930-1931, 51 números). 	CDI	OE2
	<p>⇒ Continuar a monitorização e avaliação sistemática do comportamento das coleções biblio-iconográficas (imagem fixa);</p>	CDI	OE2
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EM ACERVO	<p>⇒ Catalogar e descrever (em base de dados interna) os materiais fílmicos e de novos suportes que compõem o acervo das imagens em movimento, integrando dados filmográficos, de materiais, processos de aquisição e situações jurídicas dos materiais e respetivas obras;</p>	ANIM	OE2
	<p>⇒ Inventariar e catalogar os objetos e aparelhos de cinema e pré-cinema do acervo da Cinemateca, com registo em base de dados de existências, incluindo o registo fotográfico digital;</p>	ANIM	OE2
	<p>⇒ Proceder ao tratamento documental especializado da documentação biblio-iconográfica em acervo através das operações de registo, inventariação, catalogação, indexação (análise e descrição de conteúdo) e classificação, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Itens adquiridos ao longo do ano; ○ Inventário e catalogação multinível dos Arquivos Tobis e arquivos individuais. 	CDI	OE2
EXIBIÇÃO, EDIÇÃO E DIVULGAÇÃO	<p>⇒ Programar, organizar e exibir ciclos temáticos representativos da história do cinema mundial de acordo com o perfil de “programação de Cinemateca”, de que se destacam, quanto ao cinema estrangeiro, os dedicados a Maureen O’ Hara, Eric Rohmer, Vincente Minelli, Rosa von Praunheim, ao cinema alemão dos anos 50, ao cinema tunisino e ao cinema argentino. Relativamente ao cinema português, estão previstos ciclos dedicados a Henrique Espírito Santo, Alberto Seixas Santos e José Fonseca e Costa, além de um ciclo sobre novos cineastas. Prevê-se também a continuação das rubricas: <i>Double Bill</i>, <i>Histórias do Cinema</i>, <i>Realizador Convidado</i>, <i>Foco no Arquivo</i> e a inclusão das novas rubricas <i>História Permanente do Cinema Português</i> e <i>Imagem por Imagem</i>;</p>	DDEP	OE1
	<p>⇒ Exibir, no âmbito da programação mensal, novos filmes portugueses em sessões de ante-estreia, bem como filmes restaurados pelo laboratório do Departamento ANIM;</p>	DDEP	OE1
	<p>⇒ Incrementar projetos de edição bibliográfica, nos quais será continuada a edição de catálogos de ciclos (em particular na área do cinema português) e novos projetos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Edição do primeiro volume da obra <i>Escritos sobre cinema de João Bénard da Costa</i>; ○ Publicação do primeiro número de uma nova revista de história e museologia do cinema; ○ Continuação de edições DVD com a chancela Cinemateca; 	DDEP ANIM GRP CDI	OE1
	<p>⇒ Elaborar textos de contextualização dos filmes programados;</p>	DDEP	OE1
	<p>⇒ Promover as atividades do organismo através da sua divulgação junto das comunidades de utilizadores e do público em geral, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Edição e distribuição do jornal mensal (em papel e online); ○ Edição e distribuição de <i>newsletters</i> temáticas (em papel e online); 	DDEP GRP	OE1

2
2



SERVIÇO EDUCATIVO	⇒ Produzir e coordenar programas orientados para públicos infantis e estudantis através de várias ações (visitas guiadas à exposição permanente, sessões de cinema, ateliers temáticos e espetáculos) no espaço da Cinemateca Júnior – dando a conhecer a história do cinema e do pré-cinema ao público infantil e pré-adolescente de escolas públicas e privadas, ensino especial, escolas profissionais, juntas de freguesias e outras instituições;	CJ	OE3
	⇒ Produzir materiais de apoio para formadores de públicos infantis e juvenis;	CJ	
	⇒ Estabelecer parcerias com outras instituições com vista à angariação de novos públicos;	CJ	OE3
	⇒ Estabelecer parcerias com outras instituições com vista à apresentação de sessões de cinema e espetáculos de pré-cinema;	CJ	OE3
	⇒ Participar na operacionalização do Plano Nacional de Cinema, em conjunto com o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e sob coordenação da Direção-Geral da Educação (DGE);	DIR	OE3
	⇒ Apoiar e gerir os pedidos de acesso ao arquivo de imagens em movimento nos diversos tipos de suporte, incluindo acompanhamento da investigação especializada. No âmbito desta ação, pretende-se, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ○ A continuação da produção de ficheiros de filmes, com originais em suporte de vídeo ou a partir dos telecinemas produzidos no ANIM ao longo dos anos, com vista a garantir o acesso através de plataforma digital interna já criada no Departamento ANIM; 	ANIM	OE1
	⇒ Colaborar com agentes culturais e comerciais do audiovisual, mediante cedência de imagens em movimento em suporte cinematográfico ou digital;	ANIM	OE3
	⇒ Manter a Biblioteca especializada (aberta ao público em geral desde 1958), com a disponibilização de serviços de consulta e leitura, informação à distância e reprodução dos documentos biblio-iconográficos ou de registos e índices da base de dados, em observância dos direitos de autor e conexos;	CDI	OE3
	⇒ Organizar exposições temporárias com materiais do acervo da Cinemateca ou de organismos congéneres, nas suas instalações ou em instituições parceiras, relacionadas com a história, técnica e estética cinematográficas;	ANIM DDEP CDI	OE1
	COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	⇒ Difundir o património cinematográfico nacional preservado através dos novos meios digitais e telemáticos, respeitando sempre os direitos das respetivas obras, para o que concorre, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ○ A continuação da inserção de filmes na plataforma de acesso em linha existente no sítio da Cinemateca (Cinemateca Digital); ○ A conceção e divulgação de exposições virtuais da coleção museográfica catalogada; 	ANIM CDI
⇒ Manter a filiação na Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (FIAF) e participar na sua organização;		DIR	OE3
⇒ Manter a filiação na Associação das Cinematecas Europeias (ACE) e participar no seu encontro anual;		DIR	OE3
⇒ Incrementar o contributo português em projetos internacionais na área do património cinematográfico;		DIR	OE3
⇒ Garantir os princípios gerais (código de ética) estabelecidos para os membros das entidades internacionais de que é membro;		DIR	OE3



INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO	⇒ Estimular e apoiar a realização de estudos sobre o património cinematográfico em acervo;	ANIM CDI	OE3
	⇒ Prosseguir o programa de estágios curriculares anual, destinados a estudantes de cinema do nível de licenciatura ou de mestrado (1ª ou 2ª nível do sistema académico de Bolonha);	ANIM DDEP DG CJ CDI GRP	OE3
	⇒ Apoiar e promover a edição de obras de autores portugueses sobre cinema português;	DDEP CDI	OE3
	⇒ Apoiar iniciativas e atividades de editores, nomeadamente pela apresentação de sessões de lançamento de livros sobre cinema nas suas atividades de programação regular;	DDEP	OE3
EXTENSÃO CULTURAL	⇒ Em conjunto com outras instituições ligadas ao cinema, tais como o ICA, Associação de Produtores, operadores de televisão, promover um programa que vise a produção intensiva de novas matrizes digitais resolução 2K ou 4K, com vista à difusão do cinema português nos diferentes meios de distribuição possíveis (cinemas, auditórios municipais, televisões, edições Blu Ray, etc);	ANIM	OE1
	⇒ Colaborar com outros organismos, nacionais e internacionais, na divulgação do património cinematográfico português, através da cedência de cópias e do fornecimento de documentação de apoio para a sua divulgação. Destaca-se a Retrospectiva de Cinema Português na China, em Outubro de 2016;	ANIM CDI	OE1
	⇒ Promover a cedência das exposições temporárias do acervo a entidades nacionais e estrangeiras;	CDI	OE1
GESTÃO DA INFRAESTRUTURA INFORMÁTICA	⇒ Atividades sem resultado próprio na missão da Cinemateca, mas com enorme impacto direto nos resultados de quase todas as suas atividades: incluem a gestão da rede e do parque informático; a gestão de aplicações; a gestão de sistemas;	INF	
APOIO À GESTÃO	⇒ No âmbito da Gestão Financeira e Patrimonial: preparação, execução e controlo dos orçamentos da Cinemateca; planeamento e monitorização da atividade, bem como a prestação de contas no final do ano económico; contabilização das receitas e despesas (através do Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública-SIAG), conservação e manutenção de bens e instalações, gestão das receitas e das despesas – Tesouraria e promoção da instrução dos procedimentos legais com vista à aquisição de bens e serviços;	DG	
	⇒ No âmbito da Gestão de Recursos Humanos: execução dos procedimentos necessários ao nível do recrutamento e seleção de pessoal, gestão de todo o processo de avaliação de trabalhadores, gestão de faltas, férias e licenças, processamento de vencimentos e abonos (através do SIAG), elaboração do balanço social e elaboração do plano de formação.	DG	
	⇒ No âmbito da Gestão Administrativa: coordenação do registo de expedição de correspondência e coordenação das tarefas do pessoal auxiliar.	DG	
	⇒ Sendo uma unidade transversal ao funcionamento de todo o organismo, estão cometidas à DG as despesas decorrentes do pagamento dos vencimentos, bem como todas as demais despesas da atividade corrente da Cinemateca: encargos com as instalações, contratos de manutenção e assistência técnica, encargos com a frota automóvel, equipamento administrativo e sua manutenção, despesas de conservação, etc.	DG	



IV. Recursos

Para assegurar a concretização das atividades apresentadas a Cinemateca conta com um mapa de pessoal com um total de 67 colaboradores, incluindo os órgãos sociais (encontram-se por preencher os cargos de diretores de departamento ANIM e DDEP e mais dois lugares do quadro de pessoal).

Por outro lado, os recursos financeiros da Cinemateca são os seguintes:

Orçamento de Funcionamento: para a realização das atividades previstas a Cinemateca prevê suportar na sua totalidade o seu orçamento de funcionamento por receitas próprias, provenientes na sua maioria da cobrança de taxas de exibição, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 227/2006, de 15 de Novembro e transferência do Fundo de Fomento Cultural.

Orçamento Fundo Cultural: tal como verificado em 2014 e 2015, com vista a colmatar a quebra verificada nos últimos anos na fonte principal das receitas da Cinemateca, a taxa de exibição, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 227/2006 de 15 de Novembro, estima-se um reforço orçamental da receita que permita fazer face às atividades regulares da Cinemateca, prevendo-se um montante idêntico ao de 2015.

Apresenta-se no quadro seguinte as verbas a afetar ao Orçamento de Funcionamento:

Quadro 1 - Orçamento da Receita

Rubricas Orçamentais	Orçamento Inicial		Variação %
	2015	2016	
04 00 00 Taxas, Multas e outras penalidades	2 045.000,00	2 150.000,00	5,13
05 00 00 Rendimentos de Propriedade	10.000,00	23.000,00	130
06 00 00 Transferências Correntes	1 305.000,00	1 305.000,00	0
07 00 00 Vendas de bens e Serviços Correntes	236.000,00	296.000,00	25,42
08 00 00 Outras Receitas Correntes	3.000,00	5.000,00	66,66
15 00 00 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.000,00	1.000,00	0
TOTAL	3.600.000,00	3.780.000,00	5,00



Quadro 2 - Orçamento da Despesa

Rubricas Orçamentais	Orçamento Inicial		Variação %
	2015	2016	
01 00 00 Despesas com Pessoal	1 686 605,00	1 730 041,00	2,6
02 00 00 Aquisição de Bens e Serviços	1 563 395,00	1 603 459	2,6
04 00 00 Transferências Correntes	3 750,00	3 750,00	0
06 00 00 Outras Despesas Correntes	83 500,00	111 000,00	32,9
07 00 00 Aquisição de Bens de Capital	262 750	331 750,00	26,3
TOTAL	3 600 000,00	3 780 000,00	5,0()

As despesas com pessoal representam 45,8% da despesa total, 42,4% aquisição de bens e serviços e 8,8% em aquisição de bens de capital

A grande percentagem de custos fixos (agrupamento 02) e contratualizados pela Cinemateca tem origem, em particular no que se refere ao arquivo, na manutenção constante dos mais diversos equipamentos, alguns deles com contratos de manutenção com empresas especializadas: gestão técnica informatizada dos sistemas de alarmes, de ar condicionado de guarda do acervo, da rede de alimentação elétrica, etc.

V. Ações a desenvolver para aumentar a receita própria e comunitária

Nos últimos anos, o orçamento de funcionamento da Cinemateca tem sido suportado quase na íntegra por receitas próprias, com exceção feita a 2013, 2014 e 2015, onde foi incluído no orçamento de receita verbas provenientes do Fundo de Fomento Cultural, no sentido de colmatar em parte o forte decréscimo do valor da taxa de exibição, provocado pela contração da economia nacional.

No entanto, para além dos esforços desenvolvidos no sentido de aumentar as receitas próprias (em particular no que se refere a mecenatos), a Cinemateca procura ainda participar em projetos com subvenções dinamizados pela Comissão Europeia.

Em concreto, a Cinemateca candidatou-se ainda em 2015 com dois projetos ao Programa de apoio ao investimento SAMA 2020 – Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública, tendo ambos sido aprovados, o que pressupõe alguma atividade durante 2016 em ambos: o novo Sistema de Informação CP-MC e Aquisição e instalação de estantes compactas especializadas nos novos cofres climatizados do ANIM.



Em termos de orçamento, estes apoios concedidos pelo SAMA são parciais, pelo que será necessário um reforço orçamental vindo de outra fonte de financiamento de modo a complementar a execução destes dois projetos.

Para além disso, o recurso às verbas do Fundo de Fomento Cultural, para além de ter um caráter excecional, tem servido apenas para equilibrar o orçamento corrente inerente às atividades regulares necessárias para cumprir a Missão Estatutária da Cinemateca. Não permitindo com esta nova fonte de financiamento a retoma aos grandes investimentos que são necessários a qualquer Cinemateca.

Através da recente parceria acima referida com um laboratório norte-americano dos mais reconhecidos a nível mundial no que diz respeito ao restauro digital - o laboratório Cineric – existem boas perspetivas de crescimento das receitas próprias a partir do laboratório do Departamento ANIM. Contudo, o potencial de receitas deste laboratório, tanto ao nível do restauro digital, como sobretudo ao nível do restauro fotoquímico, pode ser fortemente condicionado pelos fortes constrangimentos na contratação de técnicos para aquele setor do Departamento ANIM, onde um técnico a mais poderá significar a obtenção de receitas adicionais muito superiores ao seu custo adicional.

O incremento à atividade de edição iniciado em 2015 e que se pretende continuar em 2016 (não só de catálogos e livros, mas também de edições DVD), bem como o lançamento de uma linha de artigos de *merchandising*, poderá também proporcionar um acréscimo adicional às receitas próprias.

VI. Conclusões

O ano de 2016 será um ano importante para Cinemateca, uma vez que, será de continuação de implementação de algumas iniciativas decorrentes do plano estratégico para o futuro próximo da instituição apresentada por esta direção.

Porém, e tal como vem sendo referido atrás, continuam por resolver também de uma forma estrutural os problemas de financiamento da Cinemateca. Esses problemas agravaram-se nos últimos anos pela forte queda da principal fonte de receitas próprias, a taxa audiovisual (apesar da recuperação verificada durante os dois últimos anos), e não se agravaram mais porque nos últimos três anos (e para 2016 também) houve uma entrada de receita proveniente das verbas do Fundo de Fomento Cultural. Esta fonte de financiamento alternativa só pode ser considerada de uma forma meramente conjuntural e nunca de uma forma sistémica.

Em consequência deste constrangimento, e ainda relativamente às atividades propostas, chamamos a atenção para as seguintes grandes questões estruturais que afetam atualmente o funcionamento da Cinemateca e que têm que ser tidas em conta para a devida contextualização do seu funcionamento:

Atribuições de “coleta, preservação, restauro e catalogação de obras cinematográficas” – área de salvaguarda patrimonial.



A componente de arquivo da Cinemateca está a ser fortemente afetada pela já acima referida radical transição tecnológica em curso na indústria cinematográfica e audiovisual (substituição dos suportes analógicos pelos digitais), que exige a solução de novos problemas estruturais.

Assim, há que dar resposta imediata pelo menos a um grande problema básico, que tem vindo a condicionar fortemente o desempenho da função de “arquivo nacional”.

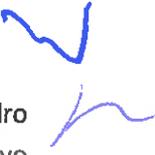
Esse problema tem a ver com a capacidade de receção condigna de grandes coleções analógicas que têm vindo a entrar no Departamento ANIM durante os últimos anos, o que pressupõe a rápida entrada em funcionamento da nova infraestrutura de conservação – os novos depósitos climatizados, já construídos mas ainda não operacionais pela falta das estantes compactas. Na verdade, para além de todos os fundamentos anteriores que motivaram este investimento – em particular a salvaguarda do acervo histórico da RTP, protocolado com a Cinemateca já em 2004 – há que ter-se em conta esta entrada de grandes coleções de cópias, decorrentes da conversão do mercado exibidor ao padrão do “cinema digital”. Como sempre acontece em alturas de transformação tecnológica, os detentores de coleções subitamente consideradas obsoletas (neste caso, todos os acervos de distribuidores em suporte de película tradicional) aprestam-se a descartar ou destruir essas coleções, sendo nalguns casos viável salvá-las para estrita utilização museológica. A Cinemateca está potencialmente preparada para recuperar estas coleções, através da recente construção de uma significativa extensão da sua área de depósitos climatizados.

Porém, a ativação deste espaço pressupõe a instalação dos equipamentos de armazenamento (estantes compactas), cuja aquisição foi prevista em épocas anteriores em PIDDAC e que em 2015 foram incluídas num projeto de candidatura, em consórcio com a RTP, a verbas do Programa de apoio ao investimento SAMA 2020 – Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública, e cujo projeto foi aprovado. No entanto, este apoio através deste programa é apenas parcial, faltando ainda a restante verba, que poderá ser financiada por uma fonte de financiamento alternativa. Por exemplo, a utilização dos saldos transitados, cujo valor acumulado será mais do que suficiente para se adquirir a restante parte desta importante estrutura tão necessária para a atividade de arquivo da Cinemateca. Encontra-se de momento pendente na Tutela uma autorização para a utilização de verbas do referido saldo ou provenientes de outra fonte de financiamento.

Atribuições de “Estabelecimento de protocolos de colaboração (...)” e de “contratos de prestação de serviços (...)” – área de prestação de serviços com forte incidência na constituição de receita própria.

Como temos vindo a sublinhar de ano para ano, há algumas áreas de funcionamento da Cinemateca em que se está a tornar relevante a obtenção potencial de receita própria adicional sobre a que decorre da taxa de financiamento principal.

Uma destas áreas é a da prestação de serviços de restauro a instituições estrangeiras, através do laboratório de restauro instalado no departamento ANIM, em consequência dos bons resultados obtidos e do reconhecimento internacional dos mesmos, e ainda porque se reduziu muito, nos últimos anos, na Europa e no mundo, a oferta destes serviços na área analógica – ou seja, precisamente aquela em que nos especializámos e que continua a ser indispensável à prossecução coerente de objetivos museológicos. Não obstante a recente parceria com o laboratório Cineric para abrir no Departamento ANIM um laboratório especializado no restauro digital, também aqui com uma boa hipótese em aumentar as receitas próprias da Cinemateca.



Porém, também nesta área, a Cinemateca tem sido alvo da incidência negativa de um quadro administrativo limitador, que acaba por travar aquele que pode ser, a breve prazo, um elemento decisivo da nossa estratégia de desenvolvimento.

Sendo embora um sector em que todo o esforço de investimento é rapidamente multiplicado ao nível da receita, temos sofrido o impacto negativo de uma cada vez menor autonomia administrativa e financeira que, na prática, nos trava esse (mesmo pequeno) investimento.

Esta é portanto uma área sensível, em que terá de ser feita alguma clarificação a curto prazo. O seu impacto potencial merece uma reflexão estratégica que abranja o contexto estrutural da Cinemateca, incluindo a flexibilidade na gestão (evolução do parque de equipamento e alguma margem mínima de contratação de pessoal) e o enquadramento orgânico, cujas diferentes possíveis alternativas se encontram já a ser estudadas pela Direção da Cinemateca.

A Direção da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema

30 de Dezembro 2015

